

Independência e soberania



Nesta edição de setembro, mês em que é comemorada a Independência do Brasil, o *JE* discute em entrevista com Nil-do Ouriques e artigos de Carlos Lessa, Reinaldo Gonçalves, Rodrigo Ávila e J. Carlos de Assis a efetividade e os limites da independência e soberania nacionais, sobretudo sob o aspecto econômico.

Corecon anuncia vencedores do Prêmio Monográfico e lança Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010.

Editorial

Independência e soberania

■ No mês em que formalmente comemoramos a data da nossa independência em relação a Portugal, o Jornal dos Economistas dedica a sua edição de setembro à discussão sobre o significado dos conceitos de soberania e independência, nos dias de hoje.

Para um país situado na periferia dos centros mais desenvolvidos do mundo capitalista e com o seu desenvolvimento, em larga medida, condicionado por fatores exógenos à nossa realidade, acreditamos – mais do que nunca – na pertinência dessa discussão.

Para tanto, abrimos nossas páginas para que colegas economistas se debruçassem sobre esses conceitos, a partir da análise de questões bastante objetivas, como, por exemplo, a participação e importância do capital estrangeiro em nossa economia ou o grave problema do endividamento do Estado brasileiro.

Os economistas Reinaldo Gonçalves, Rodrigo Ávila, Carlos Lessa, José Carlos de Assis participam desse esforço, com diferentes artigos que versam sobre as questões mencionadas e avançam em considerações sobre outros aspectos relevantes para a compreensão desses conceitos, de acordo com as atuais contradições que a realidade contemporânea nos coloca.

E nas páginas dedicadas à nossa entrevista mensal, Nildo Ouriques, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, ex-presidente e membro do Instituto de Estudos Latino-Americanos, nos convida à reflexão, com considerações bastante interessantes sobre o atual momento que, enquanto país da América do Sul, o Brasil atravessa, em meio aos tensionamentos, pressões e contrapressões existentes em nossa região.

Temos ainda, nesta edição, a tradicional página do Fórum Popular do Orçamento, abordando os pareceres dos Tribunais de Conta do Estado e do Município do Rio de Janeiro, com relação às contas desses dois entes federativos no exercício de 2009.

Por fim, divulgamos a solenidade de premiação do Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, em sua 20ª edição, e o lançamento do livro Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010, a mais recente iniciativa editorial das entidades representativas dos economistas do Rio de Janeiro, em conjunto com o Centro de Estudos para o Desenvolvimento. 

SUMÁRIO

- 3 Independência e soberania
Carlos Lessa
A identidade e a autoestima nacional dependem da propriedade imobiliária individualizada
- 5 Independência e soberania
Reinaldo Gonçalves
Capital estrangeiro no Brasil
- 7 Entrevista: Nildo Ouriques
“A invasão do Iraque revelou ao mundo que o controle da energia atômica – e da bomba – é a única garantia para não sofrer uma agressão bárbara”
- 10 Independência e soberania
Rodrigo Vieira de Ávila
Dez anos do Plebiscito Nacional da Dívida Externa
- 12 Independência e soberania
J. Carlos de Assis
A “ortodoxia” financeira no país do carnaval
- 14 Fórum Popular do Orçamento
As Contas Públicas de 2009
- 16 Corecon anuncia vencedores do Prêmio Monográfico e lança livro

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, Gisele Rodrigues, José Ricardo de Moraes Lopes, Paulo Mibiel Gonzaga, Paulo Passarinho e Sidney Pascountto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Lore-dano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascountto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espínola

Soriano Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascountto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 • **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascountto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascountto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Home-ro Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

A identidade e a autoestima nacional dependem da propriedade imobiliária individualizada

■ Carlos Lessa*

Este artigo pretende chamar a atenção para a importância do fortalecimento da idéia de nação. O conceito ideológico de globalização foi construído para apagar a Nação, submetendo-a à hegemonia do “mercado”. No último quarto de século, cresceu sem parar a liberdade de movimento de mercadorias (sejam bens ou serviços), de empresas, de tecnologias, das 1001 formas mobiliárias que o capital se reveste, do dinheiro e livre acesso aos patrimônios acionários, de recursos naturais e de solo. Obviamente, a soberania nacional foi sendo corroída, e já surgiram os profetas que anunciam seu anacronismo.

Entretanto, não houve a liberação dos deslocamentos de mão de obra e de população. Isso significa que a questão social tem o *jus sanguinis*, ou seja, cada sociedade nacional tem que lidar com as questões sociais de sua população. O ideal de um mundo em paz governado por democracias sugeria, desde a fundação da ONU, que haveria solidariedade mundial e que as diversas dimensões em que se desdobra a questão social teriam assistência técnica de organismos das Nações Unidas (Unesco, FAO, OMS, OIT, Unicef etc.), e que os países ricos fariam donativos aos países pobres para ajudá-los a resolver seus problemas sociais. Após a queda do Muro de Ber-

lim e com a despolarização da Guerra Fria, o orçamento das Nações Unidas somente cresce nas ações de paz determinadas pelo Conselho de Segurança. As Agências estão a pão e água e vêm enfrentando restrições orçamentárias. Houve uma “des-solidarização”, perfeitamente compatível com o neo malthusianismo do Clube de Roma em sua versão multicolorida (verde, azul e marrom). O discurso da mudança de clima é paralelo à afirmação de que a população mundial deve diminuir para cerca de dois bilhões. A decisão de, no combate à Aids na África Subsaariana, dar prioridade às ações preventivas é, implicitamente, um voto para a redução genocida da popula-

ção africana; em alguns a Aids contaminou quase que todas as mulheres em idade fértil.

A questão nacional não desapareceu; foi apagada das pautas midiáticas e das atividades acadêmicas. Uma nação-baleia como o Brasil, com amplos recursos naturais, com potência hidrelétrica disponível, com os campos do pré-sal, com recursos de água, solo e sol, tem que robustecer sua cidadania.

Nossas Forças Armadas não podem, sob hipótese nenhuma, serem reorientadas para a segurança interna; necessitam dos meios financeiros e tecnológicos para se reequiparem de molde a dissuadir as potências que fazem do Brasil objeto de desejo. Precisamos de Forças Armadas fortes e treinadas para reservar a integridade territorial, que inclui dois Eldorados (o

verde, da Amazônia, e o azul, do pré-sal). De certa forma, temos que reler a Revolução Francesa do Século XVIII.

A Revolução Francesa, ao conceituar o território nacional apagando as conexões com linhas dinásticas e eventuais acordos familiares, definiu as linhas de contorno de uma pátria, propriedade eterna e indivisa do povo nacional através de gerações. A propriedade sob a forma imobiliária era e sempre havia sido o desejo do homem do campo. Percebido como lugar que produz alimentos e itens vitais à subsistência e sobrevivência, o imóvel rural é conhecido por seu proprietário-produtor em seus detalhes topográficos e aptidões. Ele sabe que aquela árvore foi plantada pelo avô, que o poço tem vazão suficiente para *n* hectares, que o melhor capim está naquela encosta protegida dos ventos mais cruéis, e assim por diante. O habitante do burgo (o burguês) e o morador da vila (o vilão) tiveram transposta a afetividade pelo imóvel rural ao imóvel urbano. Lar da família, repositório das memórias familiares, lugar de proteção dos bens, em princípio inviolável e refúgio de seus moradores, lugar protetor das intempéries etc. O imóvel urbano era, para o artesão, o lugar e trabalho; o comerciante exercia sua atividade sob vigilância doméstica. A Revolução, ao criar o território e o patrimônio nacional, fez uma colheita ampliada de afetos e amantes e, de certa forma, a geografia física informava o povo nacional



sobre sua propriedade territorial.

Como todos sabem, hoje, na pós-modernidade, persistem duas formas de propriedade: a imobiliária e a mobiliária. No principal, a imobiliária mantém os passados amores, porém a maioria da população está urbanizada. Além disso, a mobilidade espacial da força de trabalho faz com que muitos optem por alugar a moradia, sabendo que será transitória sua ocupação.

A propriedade mobiliária, no passado restrita à moeda e primitivas formas acionárias, multiplicou-se em centenas de configurações e seu valor como estoque cresce sem parar em relação à riqueza imobiliária. As empresas emitem ações que são uma fração de seu patrimônio líquido. O camponês sempre conhece seus vizinhos; o pequeno acionista por vezes não sabe sequer o nome dos diretores da empresa da qual possui ações. Ou sabe o nome, porém desconhece os ativos físicos produtivos e o patrimônio mobiliário da empresa; dela conhece o que especialistas publicam e o que acompanha com fidelidade é a cotação na bolsa da ação que possui. Porém, é muito mais misteriosa e abstrata a outra componente da riqueza mobiliária: os papéis financeiros. Como surgem? Se alguma família compra algo a prazo (moradia, objetos duráveis, cirurgia plástica etc.) ou toma um empréstimo bancário, nesses momentos, a família é emissora primária de dívida. O dono de sua dívida adquire uma propriedade mobiliária. Uma empresa quer ampliar ou aperfeiçoar sua produção, ou simplesmente quer aumentar seus estoques de material e produtos acabados, procura um financiador. Nesse momento, emite dívida primária e o proprietário do seu contrato de dívida é o controlador dessa riqueza mobiliária. O Estado,

desde o tempo que emitia moedas com o rosto do soberano até o papel-moeda que continha a fórmula “se pagará ao portador desta nota a quantia de”, sempre foi o grande emissor primário de dívida, sendo a sua dívida o item de riqueza mobiliária mais desejado porque dava ao seu portador acesso a qualquer outro bem, serviço ou tipo de riqueza.

É a partir dessa dívida primária, que remunera seus credores com juros, que a engenharia criativa financeira multiplicou outros tipos de ativos mobiliários. Quando o banco registra um depósito, é um emissor de dívida secundária; quando transforma uma parte de seus ativos mobiliários em lastro de uma emissão de títulos bancários, já está construindo um terceiro andar sobre a dívida mobiliária primária. Alguém pode ter a idéia de fazer um fundo com estes papéis bancários, combiná-los com ações, buscar ativos mobiliários de muitos países; alguém pode, em troca de um ganho, criar um seguro para fundos financeiros. As legislações dos países são pesquisadas e alguns lugares – os paraísos fiscais – permitem outras transformações.

Pensem um gigantesco castelo de cartas de baralho em que os andares vão se superpondo e as cartas são editadas em centenas ou milhares de agentes, e haverá uma antevisão da riqueza mobiliária num mundo globalizado pelo sistema financeiro mundial pós-moderno. Cada ativo mobiliário contém um mistério de combinações com itens ainda mais misteriosos. Não é a propriedade rural, conhecida em sua intimidade; não é a propriedade urbana reconhecida por seu dono. Se a ação transborda de mistérios ao seu pequeno proprietário, o ativo financeiro tipicamente mobiliário é, em seu conteúdo, quase que um segredo.

Tudo se torna mais complicado porque os juros pagos pelas famílias, pelas empresas e pelos governos vão perdendo expressão em relação aos ganhos fantásticos de quem compra barato um título mobiliário e o revende caro. Existem milhões de pessoas – físicas e jurídicas – que acham que conhecem o mercado no futuro muito melhor do que no presente. Assim sendo, procuram comprar o que acham que vai se valorizar e vender o que acham que vai se depreciar. Neste clima de cassino, todas as ações e todos os ativos mobiliários podem ser ob-



jeto de transações e serão liquidados no futuro. As mercadorias padronizadas (commodities) são itens de riqueza mobiliária muitas vezes antes de existirem. O milho que será plantado nos próximos três meses pode ser negociado hoje para entrega nos próximos dez meses, por exemplo.

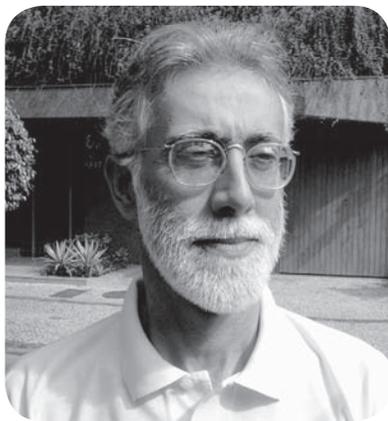
Do trinômio qualquer ativo mobiliário, a mais apreciada qualidade é a liquidez, pois permite uma saída rápida e uma eventual aplicação especulativa promissora. Isto faz de uma moeda o porta-aviões da liquidez; nessa moeda são precificados os ativos mobiliários (em tempos “normais”). O sonho do homem comum é ter um bom emprego, de uma renda adequada; o sonho de um rico proprietário de ativos mobiliários é ganhar muito mais com a compra e venda de ativos mobiliários do que com os

rendimentos oriundos dos juros pagos pelas famílias, empresas e Estado endividados.

O fascínio da riqueza mobiliária, o caráter de jogo e a componente lotérica vão desvinculando afetivamente proprietário mobiliário de sua nação. Se o Estado nacional não cresce nem prospera, seu povo em busca de emprego e renda tende a migrar para o exterior. A empresa faz, na pós-modernidade, o que quiser e perfura as linhas territoriais com autorização institucional. Pode comprar e vender ativos aqui e acolá; pode, inclusive, por um paraíso fiscal, produzir uma metamorfose institucional trocando de nacionalidade. Não resisto a reproduzir a frase que ouvi alguma vez de um dirigente da Fiesp: “Quando um de nós vende o controle da empresa, abrimos uma garrafa de champanhe”. Fernandinho Beira-Mar tinha contas bancárias nos principais bancos dos EUA e até no Paquistão.

É fácil fazer uma centimetragem entre “orientação” aos aplicadores em ativos mobiliários e a discussão dos problemas nacionais. Este é um indicador do desinteresse crescente pela nação brasileira. A restauração do amor à nação exige reforma agrária, multiplicação da casa própria, exige que na escola primária sejam retomadas a entoação dos hinos e o hasteamento da bandeira. Hoje, o caderno didático abriu mão de imprimir o Hino, a biografia simplificada de um pai da pátria e a silhueta territorial brasileira. Mais do que nunca precisamos afirmar que a nação é um patrimônio que é nosso, e não vacilar quando se tratar da propriedade do Eldorado verde e do Eldorado Azul. Um projeto nacional exige uma postura nacionalista. 

* Carlos Lessa é economista, professor emérito e ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES. Email: Carlos-Lessa@oi.com.br.



■ Reinaldo Gonçalves*

O objetivo geral deste artigo é analisar a importância relativa do investimento estrangeiro direto (IED) e das empresas estrangeiras (ETs) na economia brasileira. A principal fonte de dados é o conjunto dos três Censos realizados pelo Banco Central do Brasil (anos-base 1995, 2000 e 2005). A importância deste tema é facilmente entendida a partir da apresentação de dois indicadores básicos. O primeiro corresponde ao estoque de IED no país. Segundo dados do Banco Central, em maio de 2010 o passivo externo do Brasil era de US\$ 1.081 bilhões. O estoque de IED era de US\$ 399,6 bilhões, ou seja, 37% do passivo total. O segundo indicador corresponde à geração de renda. Conforme as estimativas apresentadas neste texto, as ETs responderam por 14,7% do PIB do país em 2005.

Com base nas participações das ETs no valor da produção nos agregados setoriais, é possível apresentar estimativas a respeito da contribuição destas empresas para a geração de renda (PIB) a nível setorial e global. A TABELA 1 sintetiza, no primeiro bloco de dados, a participação das ETs no valor da produção dos setores. A única exceção é o setor financeiro cuja *proxy* usada é a média das participações dos bancos estrangeiros das três principais variáveis (ativo total, patrimônio líquido e depósito total), como discutido mais adiante.

As ETs geraram renda equivalente a 8,6%, 12,3% e 14,7% do PIB brasileiro em 1995, 2000 e 2005, respectivamente. Apesar de ter havido crescimento extraordinário do IED, em decorrência das privatizações, nos setores de serviços de utilidade

Capital estrangeiro no Brasil

pública e de informação (comunicação) principalmente na segunda metade dos anos 1990s o PIB das ETs está concentrado (mais de 70% em 2005) na indústria de transformação, comércio e setor financeiro.

No que diz respeito ao setor financeiro, houve salto da participação dos bancos estrangeiros nas atividades financeiras no país na segunda metade dos anos 1990s (ver TABELA 2). A liberalização financeira no país e a estratégia de diversificação geográfica dos bancos estrangeiros foram os principais determinantes deste processo. A participação dos bancos estrangeiros aumentou na segunda metade dos anos 1990, porém decresceu após 2001-02. Atualmente, os bancos estrangeiros respondem por aproximadamente um quarto das atividades financeiras no país. A participação média para as três principais variáveis (ativo total, patrimô-

nio líquido e depósito total) no conjunto do sistema financeiro duplicou entre 1995 (14,8%) e 2000 (29,6%) e, a partir de então se reduziu para 27,8% em 2005 e 22% em 2009.

No que se refere às implicações para o desenvolvimento econômico de longo prazo do país, cabe destacar três questões. A primeira refere-se à significativa presença de ETs na indústria de transformação e seu impacto sobre o padrão de comércio internacional do país. O elevado peso das ETs no comércio exterior brasileiro de bens (mais da metade), associado ao importante comércio intrafirma (cerca de três quintos), são determinantes de um padrão de especialização que pode ter um impacto desfavorável no desenvolvimento de longo prazo do país. Neste padrão, tendo em vista a forte presença de ETs na indústria de transformação, o que há a destacar é a

decrecente intensidade tecnológica das exportações do país. Em primeiro lugar, participação média dos produtos não-industriais aumenta de 18% em 1995-2000 para 23,7% em 2005-08. Em segundo, a participação média dos produtos manufaturados de alta e média-alta tecnologia cai de 31,1% para 29,4% na mesma base de comparação. Vale notar que é, precisamente, nas indústrias de maior intensidade tecnológica que as ETs têm maior peso específico.

Por um lado, é verdade que a perda da participação dos manufaturados nas exportações brasileiras reflete a mudança de preços relativos derivada da expansão extraordinária da demanda por *commodities*, principalmente, na fase ascendente do ciclo internacional 2003-07. Por outro, resta a dúvida se, na situação de retorno à estabilidade ou queda dos preços das *commodities*, o país

TABELA 1 – PIB das ETs segundo o setor de atividades

Atividades	Participação no setor (%)		
	1995	2000	2005
Agropecuária	0,8	1,1	1,7
Indústria extrativa mineral	15,9	12,2	6,1
Indústria de transformação	26,0	31,4	31,4
Construção	1,5	1,9	7,6
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1,0	31,6	20,0
Comércio	7,8	10,3	24,5
Transporte, armazenagem e correio	4,0	4,2	15,9
Serviços de informação	2,2	34,1	21,8
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	14,8	29,6	27,8
Outros serviços	2,3	4,3	5,5
Administração, saúde e educação públicas	0	0	0
Participação das ETs no PIB total	8,6	12,3	14,7
Atividades	Distribuição percentual do PIB		
	1995	2000	2005
Agropecuária	0,8	0,5	0,7
Indústria extrativa mineral	1,5	1,6	1,0
Indústria de transformação	67,8	44,1	38,7
Construção	1,5	0,9	2,5
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,3	8,8	5,2
Comércio	7,6	8,9	18,6
Transporte, armazenagem e correio	1,5	1,7	5,4
Serviços de informação	0,4	10,0	5,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	12,9	14,4	13,4
Outros serviços	5,6	9,4	8,5
Administração, saúde e educação públicas	0	0	0
Total	100	100	100

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do BACEN, IBGE e IPEA. Nota: PIB - preços básicos R\$ milhão, valores correntes.

TABELA 2 – Participação % dos bancos estrangeiros no sistema financeiro brasileiro: 1995, 2000, 2005 e 2009

	Ativo	Patrimônio líquido	Depósito total	Emprego	Agências	Número de bancos
1995	14,8	17,7	11,9	9,2	7,9	60
2000	30,7	33,8	24,2	24,7	26,9	62
2005	27,1	30,5	25,8	21,7	23,3	48
2009	19,2	27,8	18,9	16,1	17,8	46
Memorando: Sistema financeiro nacional exceto BNDES, BASA e BNB						
1995	16,1	24,8	12	9,4	8	
2000	34,7	39,6	24,4	25,2	27,3	
2005	30,7	34,7	26,8	22,4	23,7	
2009	27,3	34,5	25,9	21,2	24,2	

Fonte: Elaboração do autor com base em dados do BACEN. Disponível: <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

Nota: Dados referentes a dezembro de cada ano, exceto 2009 (setembro).

TABELA 3 – Balanço de pagamentos de empresas estrangeiras: Estimativas 2005-09 (US\$ milhões)

	2005	2006	2007	2008	2009
Balança comercial, bens	18.472	18.306	13.219	2.206	5.242
Exportação	60.826	70.833	82.574	101.742	78.639
Importação	-42.354	-52.527	-69.355	-99.536	-73.397
Balança comercial serviços	-319	-717	-1.680	-3.535	-2.364
Exportação	4.105	4.746	5.532	6.817	5.269
Importação	-4.424	-5.463	-7.213	-10.352	-7.633
Rendas	-11.035	-13.899	-19.692	-28.773	-21.029
Lucros e dividendos	-9.783	-12.373	-17.898	-26.874	-18.951
Juros intercompanhia	-1.253	-1.526	-1.794	-1.898	-2.077
Transações correntes, saldo	7.118	3.690	-8.154	-30.102	-18.151
Conta financeira, IED líq.	15.066	18.822	34.585	45.058	25.949
IED, entrada	30.062	32.399	50.233	71.836	53.507
IED, saída	14.996	13.577	15.648	26.778	27.558
Resultado final	22.184	22.512	26.431	14.957	7.798
Memorando: Brasil					
Transações correntes	13.985	13.643	1.551	-28.192	-24.334
Resultado final	4.319	30.569	87.484	2.969	46.651

Fontes: Elaboração do autor. BACEN: <http://www.bcb.gov.br/?CENSOCE> e <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>.

conseguirá aumentar sua competitividade em setores mais dinâmicos no sistema mundial de comércio. O resultado do enfrentamento deste desafio depende, em boa medida, das estratégias das ETs que atuam no país. A questão é até que ponto as ETs teriam interesse em promover o *upgrade* do padrão de comércio exterior do país no contexto da integração das suas cadeias produtivas em escala global.

A segunda questão refere-se à crescente importância do IED nos setores *nontradeables* (serviços). O problema central expressa o impacto das ETs sobre o balanço de pa-

gamentos (BOP) do país. Este tema é particularmente relevante na fase de estabilidade ou na fase descendente do ciclo internacional, visto que nestas fases os problemas de vulnerabilidade externa do país tornam-se mais evidentes. O fato é que há crescente restrição de balanço de pagamentos, derivada do aumento do passivo externo na forma de IED em *nontradeables*.

A elevação do passivo externo tem sido um dos fatores determinantes do crescimento extraordinário da remessa de lucros e dividendos e do pagamento de juros de empréstimos intercompanhias no

passado recente. O passivo externo brasileiro na forma de IED atingiu US\$ 347 bilhões em junho de 2009, segundo os dados do Bacen. O serviço deste passivo representa, perpetuamente, remessas que têm impacto no BOP do país. No passado recente as despesas de lucros, dividendos e juros de empréstimos intercompanhias têm sido determinantes do saldo negativo de transações correntes do BOP (ver TABELA 3).

A terceira e última questão relevante deriva do mecanismo de financiamento da acumulação de capital de ETs no país. O problema central é a relação entre diferentes

fontes de financiamento. De um lado, há os ingressos líquidos de IED da matriz, os lucros reinvestidos, os empréstimos intercompanhias e os recursos obtidos no sistema financeiro internacional e, de outro, há os recursos financeiros obtidos no sistema financeiro brasileiro. Ou seja, trata-se da diferença entre fontes exógenas e fontes endógenas de financiamento. O fato é que maiores taxas de remessa de lucros e dividendos e de pagamentos de juros sobre empréstimos intercompanhias implicam, *ceteris paribus*, maior vazamento do excedente econômico para o exterior e, portanto, maior exigência de financiamento no sistema financeiro nacional. Neste caso surge, então, a questão do *crowding out* financeiro, ou seja, os recursos financeiros domésticos usados pelas ETs poderiam estar sendo aplicados pelo setor ROE (resto da economia).

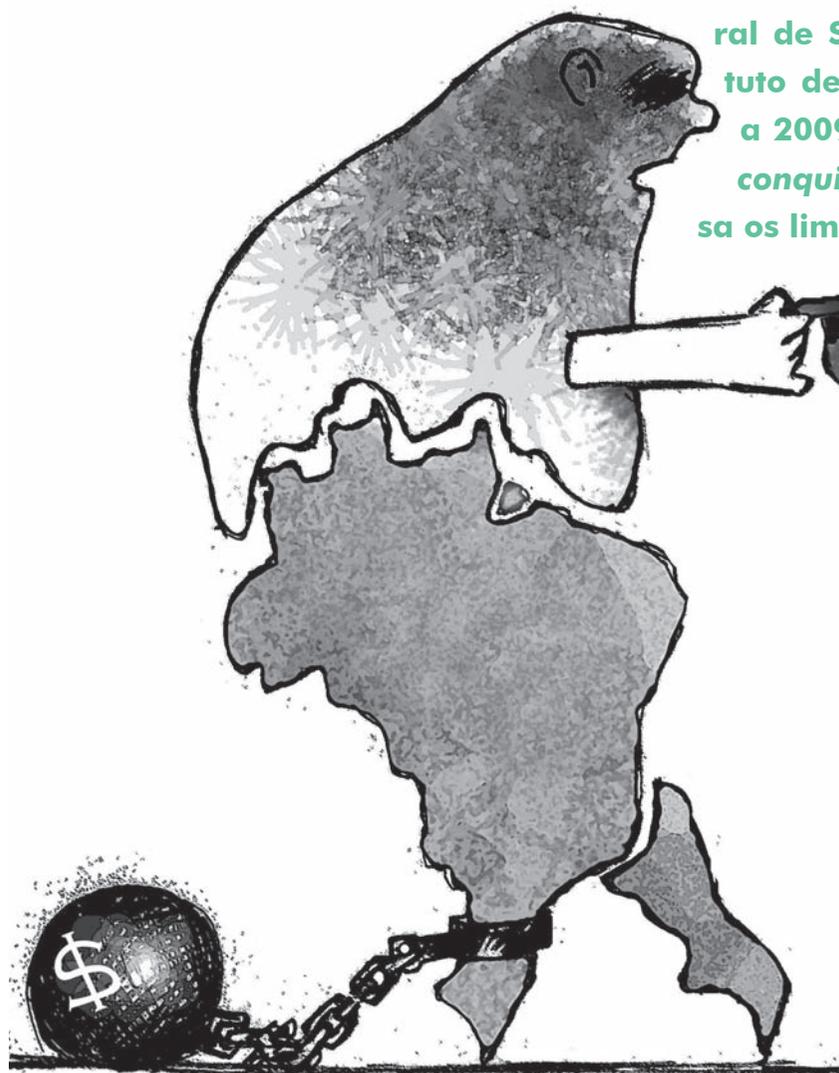
A evidência disponível informa que, no caso das dívidas de longo prazo, as ETs têm usado relativamente mais empréstimos intercompanhias (com controladas/coligadas não residentes) e tomado mais recursos financeiros no sistema financeiro brasileiro. A participação da dívida de longo prazo com outros residentes (exclusive controladas/coligadas), embora tenha caído entre 1995 e 2000, aumentou de 33,3% em 1995 para 41,9% em 2005. Ou seja, o sistema financeiro brasileiro é a mais importante fonte de empréstimos de longo prazo para as ETs no Brasil. Portanto, há sério risco de *crowding out* financeiro.

Em síntese a análise das ETs e do IED chamam atenção para três questões que têm relação estreita com o processo de desenvolvimento econômico de longo prazo: padrão de comércio internacional e inovação; passivo externo de longo prazo e restrição externa; e financiamento da acumulação de capital. Certamente, diretrizes estratégicas e políticas específicas a respeito destas três questões afetam diretamente a conduta e o desempenho das ETs no país, bem como a própria essência do processo de desenvolvimento de longo prazo do país. 

* Reinaldo Gonçalves é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: reinaldogoncalves1@gmail.com. O relatório de pesquisa que serviu de base para este artigo é encontrado em <http://reinaldogoncalves.blogspot.com/>.

“A invasão do Iraque revelou ao mundo que o controle da energia atômica – e da bomba – é a única garantia para não sofrer uma agressão bárbara”

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Nildo Ouriques presidiu o Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) no período de 2007 a 2009. O economista é autor de *América Latina: 500 anos, a conquista interminável* (Editora Vozes). Nesta entrevista, analisa os limites da soberania e independência do Brasil.



P: Qual é a atualidade dos conceitos de soberania e de independência nacional?

R: O mundo é das nações, ainda que a ideologia dominante divulgue todos os dias que as fronteiras nacionais terminaram. Sabemos, desde Marx, que o capital possui uma vocação universal e, portanto, não possui pátria. Mesmo assim, é importante observar que os países centrais defendem completamente suas multinacionais, como ficou explícito na crise mundial que vivemos. Barack

Obama injetou bilhões de dólares para salvar os bancos e as montadoras estadunidenses e segue aprofundando o déficit público para salvar as grandes corporações nos Estados Unidos. A situação dos países periféricos é distinta. Nossa soberania – especialmente no caso brasileiro – foi produto de um acordo entre a elite local e o império português. O povo não participou do processo. Independência política e dependência econômica. O subdesenvolvimento se aprofundou e matou no nervo qualquer possibilidade de uma completa independência nacional. Ademais, as classes dominantes locais jamais estiveram interessadas em conquistar uma genuína independência; ao contrário, tinham no país a principal mercadoria para negociar nos mercados mundiais.

P: O século XXI será fortemente marcado por disputas em torno de fontes de energia, inovações no padrão tecnológico de produção, controle de armas de destruição em massa, entre outros pontos de tensão. A existência de um grupo de países detentor de arsenais nucleares afasta o temor de uma guerra

total e facilita processos negociais, de entendimento diplomático entre potências globais?

R: Os países centrais são países imperialistas. É no mínimo uma perigosa ingenuidade esquecer a natureza imperialista dos países centrais. E os países imperialistas – com Estados Unidos à cabeça – não estão interessados em negociar absolutamente nada. O mundo é um cenário conflituoso em que o mais forte impõe os termos da paz e o terreno da guerra. A invasão do Iraque revelou ao mundo que o controle da energia atômica – e da bomba – é a única garantia para não sofrer uma agressão bárbara como a que observamos também no Afeganistão. Contudo, entre as potências, pode existir conflito pelo controle mundial dos recursos estratégicos, e elas admitem guerras regionais onde cada uma apóia forças diferentes, em disputa, no interior do estado nacional periférico. Há muitos exemplos na atualidade. Mas não esqueça o decisivo: nenhuma aceita a rebelião de qualquer país periférico.

P: Como você avalia a situação do Brasil, país detentor de recursos estratégicos – como petróleo, minérios, a Amazô-

nia e sua biodiversidade, terras agricultáveis, entre outros – e o padrão de inserção global que estamos construindo, com enorme dependência tecnológica externa, parque produtivo largamente desnacionalizado – especialmente na indústria de transformação – e sob vigorosa liberalização financeira?

R: O Brasil é um gigante com os pés de barro. Aqui se processa a clássica fórmula de André Gunder Frank: um caso típico de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. A burguesia brasileira não está interessada em afirmar a grandeza do país, superar o subdesenvolvimento, inaugurar uma “revolução democrática” capaz de mobilizar as energias nacionais e populares em favor de uma grande transformação no país. Por isso seguiremos tendo grande “êxito” na exportação de produtos agrícolas e minerais e com enorme dependência tecnológica. De fato, estamos cada dia mais longe do dinamismo da revolução científico-técnica que ocorre nos países centrais. A caricatura do fenômeno são nossas universidades: o avanço científico está dado pelo número de artigos publicados em revistas dos países centrais – que aqui denominam orwelianamente de “internacionais” – e não registramos patentes. Portanto, por mais perversa que seja a “liberalização financeira”, a verdade é que o domínio das altas finanças interessa a todas as frações do capital, por mais que exista a “crítica” aos juros.

P: No caso específico do pré-sal, é paranóia pensar que, no futuro, potências internacionais podem contestar a soberania do Brasil sobre parte destas reservas?

R: Podem, talvez. De fato, há aspectos jurídicos em questão.



Mas muito provavelmente não lançarão mão deste mecanismo de disputa, se a modalidade de exploração for favorável às multinacionais, como parece que será. **É muito possível que a classe dominante brasileira disponibilize esta grande riqueza para a exploração das empresas multinacionais sem grande conflito, desde que algumas migalhas caiam sobre suas pernas. Historicamente tem sido assim. Afinal, o que ficou no Brasil com o ciclo do ouro ou da borracha? Creio, ademais, que o pré-sal tornará nossa classe dominante mais perversa: ela adotará parcialmente o rentismo petroleiro que caracteriza, por exemplo, o México e a Venezuela.** Ou seja, vamos introduzir os efeitos nocivos do rentismo petroleiro em nossa dependência. No limite, o rentismo tornará ainda mais fácil a adequação do país como fornecedor de matérias primas e alimentos, mais dócil a aceitação da divisão internacional do trabalho desfavorável. Não tenho dúvidas a respeito deste ponto.

P: Estamos em uma área de influência direta norte-americana, sob todos os aspectos – econômico, social, cultural. Como os desdobramentos do atual momento histórico – de aparente mudança do papel relativo de potência

unipolar exercido até agora pelos EUA – poderá nos afetar?

R: Os Estados Unidos seguem sendo o principal país imperialista. Mas a crise do capitalismo global é séria demais e vai perdurar mais algum tempo. As consequências no interior do império ainda são imprevisíveis, mas é óbvia que a tentativa da elite de conseguir alguma coesão social com Obama para o papel imperialista do país no mundo ainda não resultou. De resto, a grande questão é que não somente lá as coisas estão difíceis – desemprego, crise social, violência etc. – senão que o keynesianismo militar não está resolvendo a crise. E o dado mais importante é que a América Latina já não aceita docilmente a dominação estadunidense. O nacionalismo revolucionário na América Latina (Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba) dificulta em grande medida a dominação imperialista na região.

P: Como você interpreta o recente acordo militar firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, em um contexto de polêmica em torno das bases americanas na Colômbia e da reativação da IV Frota?

R: Enquanto o Brasil não for plenamente soberano, ou seja, enquanto esta soberania não for nacional-popular, acordos militares com a potência dominante são tão indesejáveis quanto inevitáveis. Além disso, as sete bases militares na Colômbia e as de Honduras – com intensa articulação – e a IV Frota revelam que tanto os democratas quanto os republicanos possuem grande coincidência em matéria de política externa. É natural esta coincidência, típica de países imperialistas. O mais importante neste acordo é que ele não mereceu a atenção da im-

prensa, dos partidos políticos e sindicatos. Isso significa que o colonialismo está incorporado e parece absolutamente “natural” acordos dessa natureza, que mereceriam um debate amplo sobre seu alcance, suas consequências e sua importância. Não fazendo uso da “liberdade de imprensa”, um acordo desta dimensão foi deixado de lado; sem dúvida, um assunto considerado menos importante. Como disse Ricúpero, quando ministro, “há temas ou coisas que devemos ocultar”.

P: Como você acredita que a união dos países da América do Sul poderá se firmar em torno da Unasul, e quais os principais desafios que se colocam para o seu êxito?

R: A Unasul tem a virtude de não incluir os Estados Unidos. A OEA é, neste contexto, uma organização caduca. Che Guevara a considerava como o Departamento das Colônias dos Estados Unidos. Não era um exagero, obviamente. A OEA serve inteiramente aos interesses da política imperialista. Contudo, a novidade da Unasul somente se consolidará quando as revoluções nacionais aprofundarem sua vocação socialista. Ela é importante porque revela que a política externa estadunidense possui obstáculos como nunca antes, mas ainda são insuficientes. E não será com o esforço diplomático que vamos enfrentar os interesses imperialistas estadunidenses na região. O esforço diplomático é parte da luta emancipatória e somente neste contexto é que pode ganhar relevância. Há grande ingenuidade no Brasil contemporâneo sobre as possibilidades da diplomacia. Em parte deve-se a certa renovação do Itamarati introduzida pelo papel de Samuel Pinheiro Guimarães, entre outros. Mas é



preciso cautela na análise, pois uma diplomacia voltada para a independência plena do país está longe de existir entre nós. Mas é preciso entender o otimismo atual: ocorre que a diplomacia tucana era tão subserviente que a atual linha desenvolvida por Amorim, Guimarães e Marco Aurélio Garcia parece revolucionária, pelo fato de esboçar certo realismo na atuação. E haveria que agregar o fato de que o pacto de classe estabelecido para sustentar o Plano Real permitia uma mudança na diplomacia brasileira. Mas insisto: não se trata de uma mudança brusca.

P: A idéia do Banco do Sul – como banco de fomento, câmara de compensação cambial e articulador de um fundo monetário regional – seria viável, particularmente frente ao processo de elevada liberalização financeira da economia brasileira?

R: Os instrumentos para a integração latino-americana estão em construção. O Banco do Sul deveria ser uma prioridade do Brasil. Mas há – alerta – duas concepções de integração em curso. A primeira é a bolivariana, impulsionada com particular zelo pelo

presidente Hugo Chávez e se consolida com a Alba (Alternativa Bolivariana das Américas). A outra, representada pelo *subimperialismo brasileiro*, que visa ampliar o investimento e as vendas das empresas brasileiras, especialmente nos serviços, matérias-primas e agricultura. Elas são incompatíveis, obviamente. Portanto, uma moeda única e os mecanismos financeiros e monetários correspondentes para a integração dependerão desta disputa para vingar. Eis a razão tanto da lentidão quanto das indefinições atuais sobre o processo. Além disso, enquanto o pacto de classe que sustenta o Plano Real for mantido e as prioridades da política econômica perpetuar aqueles interesses, a integração econômica será sempre observada pela classe dominante brasileira como um instrumento para ampliar seu campo de investimento e de venda, dada à limitação do mercado interno em função da concentração da renda no Brasil.

P: Os interesses da China na América do Sul e no Brasil são crescentes. Como você avalia a possível evolução dessas relações, em um contexto ditado pela necessidade dos Esta-

dos Unidos ampliarem os seus saldos comerciais com a nossa região?

R: A China, a despeito de suas grandes transformações, ainda é um país dependente. Mas possui condições extraordinárias para superá-las. Em primeiro lugar, possui uma elite dirigente produto de uma Revolução, em 1949. Ademais, tem imenso território, enorme população e exerce plenamente sua soberania nacional. Possui a bomba atômica e um poderio militar importante. Conquista graus crescentes de autonomia tecnológica. É uma combinação realmente explosiva. Conquistou uma aliança estratégica com os Estados Unidos que nenhuma elite latino-americana, em função de seu grau histórico de subserviência, jamais sequer sonhou. Neste contexto, sua expansão na Ásia, África e América Latina é uma consequência necessária de sua evolução recente como um pressuposto de suas ambições hegemônicas. Mas existem graves problemas especulativos e creditícios na China. Um intenso processo de urbanização que produzirá pressões e conflitos importantes. A China seguirá buscando maior influência na América Latina e no Brasil. Mas a classe dominante brasileira tem uma íntima relação com Washington. Será sempre sua opção preferencial. Os militares brasileiros estão submetidos à influência estadunidense, e da mesma forma o corpo diplomático. A igreja também soma nesta direção. E os intelectuais e a imprensa possuem *adoração colonial* pelos Estados Unidos, por suas universidades e seu jornalismo. Mas mesmo assim,

os Estados Unidos se tornaram um sócio comercial secundário. Contudo, não esqueça que o controle da dívida externa e as principais relações financeiras, ou seja, a dependência financeira, nasce em Washington. **Observe que todos os candidatos a presidente com chances eleitorais, antes de pedir votos nos bairros pobres, foram beijar a mão do capital financeiro em Washington e “dar” uma “palestra” no Council on Foreign Relations. A velha subserviência colonial apresentada como se fosse prestígio político: “falar em Washington!” Enfim, os Estados Unidos não necessitam de saldos comerciais com o Brasil. Pode acumular déficits, caso necessário.**

P: Você arriscaria algum prognóstico para a evolução das relações entre os Estados Unidos e a China, no plano global e a partir das complementaridades produtiva e financeira existentes hoje entre essas potências?

R: É tanto difícil quanto tentador fazer um prognóstico. É uma relação conflituosa, certamente. Uma potência em crise e um país periférico tentando afirmar os poderes acumulados a partir de 1949. Mas a crise global colocou problemas novos nesta relação. Melhor aguardar. Enquanto isso, o melhor é abandonar as esperanças ingênuas de que poderemos nos beneficiar de eventuais conflitos entre os dois. Somente poderemos tirar proveito da situação caso entrem em movimento as forças capazes de impulsionar uma revolução nacional-popular e socialista em nosso país. Neste sentido, é importante aprender com a história da China, da Revolução de 1949. ☺

Veja em www.corecon-rj.org.br o processo de seleção de cursos e professores para o Conselho e o último balancete do 2º trimestre de 2010 da instituição.

Independência e soberania

Dez anos do Plebiscito Nacional da Dívida Externa Para a verdadeira soberania e independência do Brasil: AUDITORIA JÁ!

■ Rodrigo Vieira de Ávila*

Dia 7 de setembro de 2000, a Campanha Jubileu Sul realizou o Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa, quando 6 milhões de pessoas votaram NÃO ao pagamento da dívida sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal de 1988. Porém, infelizmente, os sucessivos governos jamais atenderam a esta reivindicação popular, que nada mais é do que um direito básico à transparência de uma dívida que todos nós pagamos. Diante disso, iniciou-se a Campanha “Auditoria Cidadã da Dívida”, que consiste

em uma auditoria feita pela sociedade que objetiva pressionar pela auditoria oficial.

Apesar do constante discurso oficial de que o problema do endividamento já teria sido superado, e que o pagamento ao FMI ocorrido em 2005 teria significado a “independência do Brasil”, o endividamento segue sendo, cada vez mais, o centro dos problemas nacionais. Nestes dez anos, aprofundou-se o processo de conversão da dívida externa em dívida “interna”, sem que a primeira tenha

se reduzido. Pelo contrário, em 2010, a dívida externa ultrapassou a marca histórica dos US\$ 300 bilhões, enquanto a dívida “interna” ultrapassou a também marca histórica dos R\$ 2 trilhões, dos quais boa parte se encontra em mãos de estrangeiros. Em 2009, o pagamento de juros e amortizações da dívida consumiu nada menos que 36% do Orçamento Geral da União (mesmo desconsiderando a “rolagem”), enquanto áreas sociais fundamentais receberam muito menos, a exemplo da saúde (4,64%), educação (2,88%) ou reforma agrária (0,23%).

Ao mesmo tempo, o país continua aplicando o velho receituário do FMI: superávits primários e reformas neoliberais, tais como as da previdência e tributária – com mecanismos como o fator previdenciário, a taxação dos inativos e a Desvinculação das Receitas da União – que se prestam a penalizar os trabalhadores para garantir o banquete dos rentistas.

Diante disso, cabe questionarmos: por que a dívida continua crescendo tanto, apesar dos vultosos pagamentos? Quanto já pagamos, e quanto já recebemos de empréstimos? Quem se beneficia desta dívida? Estas perguntas, dentre tantas outras, somente podem ser respondidas por meio de uma ampla e profunda auditoria.

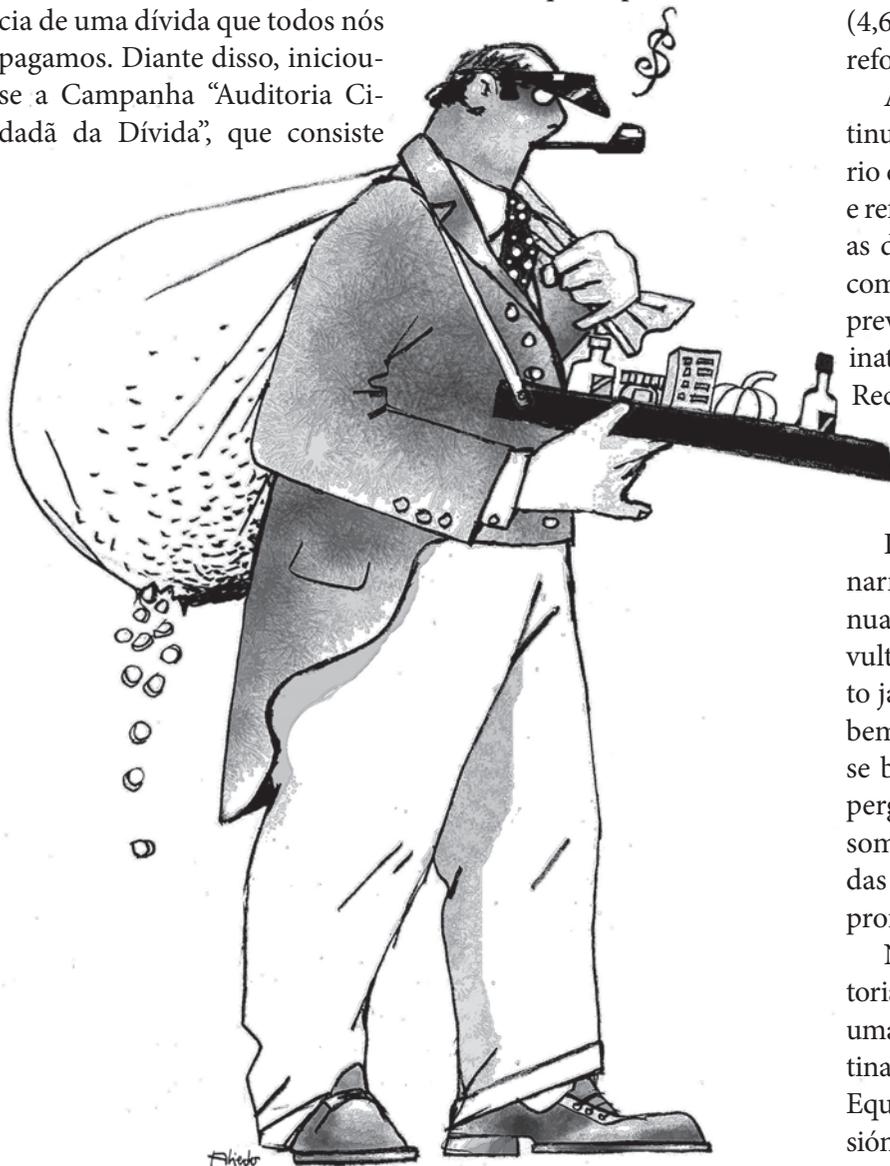
Nos últimos anos, as auditorias da dívida passaram a ser uma realidade na América Latina. Em 2007, o governo do Equador criou a CAIC – Comisión para la Auditoria Integral

del Credito Publico – que contou com a participação de representantes da sociedade civil equatoriana e internacional, inclusive da Auditoria Cidadã da Dívida, do Brasil. Nesta oportunidade, foi possibilitado o acesso a inúmeros documentos e estatísticas oficiais, que provaram diversas ilegalidades da dívida equatoriana, bastante semelhantes às da dívida externa brasileira.

Ficou provado que a dívida externa do Equador com os bancos privados internacionais surgiu na ditadura militar, e cresceu a partir de uma grande ilegalidade: a alta unilateral das taxas de juros (flutuantes) pelos EUA, a partir de finais da década de 70. Caso as taxas de juros tivessem sido mantidas em 6% ao ano, os pagamentos feitos pelo Equador já teriam pago completamente a dívida, e ainda haveria um crédito junto aos bancos privados.

Baseado nesta e outras provas, em 2009 o governo do Equador decidiu, de forma soberana, anular 70% desta dívida (Bonus Global 2012 e 2030), sendo que os emprestadores que quisessem receber mais que isso teriam de entrar na Justiça contra o Equador. Porém, dada a robustez das provas da auditoria, todos os detentores de títulos aceitaram a proposta, com exceção de alguns poucos que não o fizeram por restrições impostas pela legislação de seus países.

Esta experiência equatoriana mostrou que é possível enfrentar o endividamento de forma soberana, e por isso estimulou que outros países também anunciassem a intenção de auditar suas



dívidas, a exemplo da Venezuela, da Bolívia e do Paraguai. Em novembro de 2008, durante o Seminário Internacional “Auditoria da Dívida na América Latina”, em Brasília, representantes da CAIC do Equador se reuniram com o Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Arlindo Chinaglia, para expor a experiência equatoriana e reivindicar a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida, o que ocorreu algumas semanas depois, em 8 de dezembro de 2008.

Esta CPI foi proposta pelo Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), que obteve a adesão de um terço dos deputados e também trabalhou intensamente para a concretização desta Comissão. Depois de mais de sete meses de luta para que os líderes dos diversos partidos indicassem

e também por outros partidos como o PSDB, reconhece que as altíssimas taxas de juros foram o principal fator que levou ao crescimento acelerado da dívida pública. Ou seja, o Relatório reconhece, implicitamente, que esta dívida é ilegítima, pois não significou investimentos no país, mas meramente a sua própria multiplicação por meio do mecanismo de “juros sobre juros”, já julgado ilegal pelo Supremo Tribunal Federal.

O Relatório Final da CPI também reconhece que a “dívida interna” cresceu nos últimos anos para financiar a compra de dólares das reservas internacionais, com grande custo para as contas públicas. Isto porque esta montanha de dólares acumulados no Banco Central é aplicada principalmente em tí-



os 24 membros titulares, a CPI foi finalmente instalada em 19 de agosto de 2009. Diversos requerimentos de informações propostos pela Auditoria Cidadã da Dívida foram acolhidos pelos deputados da Comissão e enviados oficialmente pela CPI aos órgãos oficiais de controle da dívida pública, como o Ministério da Fazenda e o Banco Central.

Após dez meses de intenso trabalho de análise dos documentos e de contatos com parlamentares pelas entidades da Auditoria Cidadã da Dívida, conseguiu-se que o Relatório Final acolhesse diversas constatações e denúncias feitas pela sociedade civil, que começam a explicar a origem desta enorme e questionável dívida.

O Relatório Final, aprovado pela própria base do governo

tulos do Tesouro dos EUA, que não rendem quase nada, e ainda têm se desvalorizado frente ao Real nos últimos anos. Por outro lado, a dívida feita para acumular estas reservas paga os juros mais altos do mundo. Portanto, não procede o argumento de que o Brasil seria um “país credor”, pois as enormes reservas em dólar têm, como contrapartida, uma dívida “interna” gigantesca e crescente.

Esta montanha de dólares – acumulada por meio de mais dívida “interna” – tem servido também para o pagamento antecipado de algumas parcelas da dívida externa, razão pela qual existe um processo de conversão de dívida externa em dívida interna, também reconhecido pelo Relatório Final da CPI.

A CPI também reconheceu

que o Senado Federal renunciou à sua competência – pois permitiu emissões de títulos sem especificar suas características – e também relatou a falta de informações, documentos e transparência da dívida.

Porém, apesar do grave diagnóstico, o Relatório Final da CPI fez recomendações brandas, limitando-se a propor projetos de lei – que podem jamais ser aprovados – e não recomenda a auditoria da dívida, apesar de estar prevista na Constituição. O Relatório diz não ter encontrado nenhuma irregularidade no endividamento, e recusa-se a encaminhar suas conclusões ao Ministério Público. Na realidade, isto foi o resultado de um grande “acordão” entre a base do governo e a velha direita (DEM e PSDB), para que o Relatório fosse aprovado por todos.

Porém, as entidades da Auditoria Cidadã da Dívida, que estiveram presentes em todas as sessões da CPI, mobilizaram-se e auxiliaram na elaboração de um “Voto em Separado” (Relatório Alternativo), de autoria do Deputado Ivan Valente, que pedia a completa investigação, pelo Ministério Público, dos graves indícios de ilegalidades encontrados pela CPI, tais como:

- Juros sobre Juros (Anatocismo): ilegal segundo o STF;
- Juros flutuantes na dívida externa: ilegais segundo a Convenção de Viena;
- Ausência de contratos e documentos, ausência de conciliação de cifras, cláusulas ilegítimas;
- Ilegalidade do livre fluxo de capitais, que deu origem à dívida interna;
- A grande destinação dos recursos orçamentários para o pagamento da dívida viola os direitos humanos e sociais;
- O Banco Central faz reuniões com os bancos e outros rentistas para definir as previsões de

inflação, que definem as taxas de juros, beneficiando os próprios rentistas.

Na sessão de votação do Relatório Final, em 11 de maio de 2010, a pressão da sociedade fez com que somente um terço dos 24 membros da CPI votassem a favor do relatório do governo, que por isso foi aprovado pelo apertado placar de oito votos a cinco. Além do mais, o “Voto em Separado” também foi apoiado pelo mesmo número de parlamentares (oito), porém três desses não puderam votar, pelo fato de não se encontrarem em Brasília, ou por serem suplentes de outros deputados que votaram. Caso pudessem votar, o placar estaria empatado em oito a oito.

Portanto, a força das entidades da Auditoria Cidadã da Dívida fez-se presente e conseguiu igualar a força de toda a base do governo, ainda aliada à velha direita. O Voto em Separado foi entregue ao Ministério Público em 18 de maio de 2010 para o aprofundamento das investigações e elaboração de ações jurídicas.

Todos os detalhes da CPI da Dívida encontram-se documentados na página www.divida-auditoriacidade.org.br, com Boletins semanais que cobriram todas as sessões da CPI e trazem os documentos mais importantes, além da lista dos deputados que votaram a favor do Relatório Final e do Voto em Separado.

Nada melhor para comemorar os dez anos da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida do que difundir amplamente os importantes resultados da CPI, que coroou uma década de lutas, estudos, pesquisas e trabalhos, visando à auditoria oficial da dívida, passo necessário para a verdadeira soberania e independência do Brasil. 📄

* Rodrigo Vieira de Ávila é economista da Auditoria Cidadã da Dívida

A “ortodoxia” financeira no país do carnaval

■ J. Carlos de Assis*

Ortodoxo, na raiz grega, significa a “opinião reta”. Supõe-se que os que se consideram “ortodoxos” em economia estejam absolutamente certos quanto aos fundamentos e à estrutura das doutrinas normativas que professam. Por exemplo, jamais um “ortodoxo” poderia confundir moeda com

poupança; jamais poderia usar um modelo matemático abstrato e controverso para justificar decisões que afetam o dia a dia concreto de dezenas de milhões de pessoas; jamais poderia subordinar a política de dívida pública à política de gerenciamento das reservas bancárias.

Pois bem, nossos “ortodoxos” são peculiares. Acham certo que cerca de 40% dos títulos da dívida pública tenham liquidez diária garantida pelo Banco Central e que ainda assim rendam juros. Isso, conceitualmente, chama-se moeda financeira - ou seja, um fluxo de depósito bancário líquido tratado como poupança. Entende-se por poupança, como qualquer estudante secundarista deve saber, dinheiro que você

separa de seus gastos correntes e deixa por algum tempo num banco para render juros. É essencial, para haver poupança, que o dinheiro fique indisponível nesse tempo.

Supõe-se que, do outro lado, alguém tome esse dinheiro emprestado e o aplique em algum investimento. Com o retorno deste, pagará os juros devidos e o principal. Isso é assim em qualquer parte do mundo, menos no Brasil. Aqui nossos “ortodoxos” inventaram a moeda financeira. Não

é necessário aos que têm suficientes recursos, seja o da caixa das empresas, seja o da renda das pessoas, deixar o dinheiro indisponível para poder ganhar juros. Deposita-se num dia e saca-se tranquilamente no dia seguinte, por cheque, sem perder nada do rendimento diário.

Diante desse extraordinário potencial de uma moeda que rende juros sem ficar indisponível, o que se pode dizer da política monetária? Nossos “ortodoxos” dizem que, quando se identifica em algum canto da economia al-



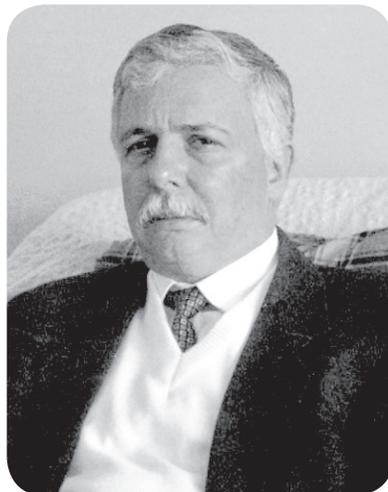
Flhedo

guma pressão inflacionária, torna-se necessário aumentar a taxa básica de juros para toda ela a fim de que o crédito e a própria moeda se contraíam, reduzindo a demanda agregada. Isso é puro Milton Friedman, o papa do monetarismo. Vamos nos abstrair por enquanto da validade dessa cadeia de causalidade. Foquemos os aspectos monetários.

Num sistema normal, onde poupança é poupança e moeda é moeda, como ocorre em todo o mundo, um monetarista verdadeiramente ortodoxo dirá que um aumento da taxa básica de juros resultará na contração da disponibilidade de moeda na economia. Isso porque os bancos deixarão de emprestar a pessoas e empresas, sendo mais vantajoso para eles deixar mais dinheiro aplicado no Banco Central – ou, o que opera na mesma direção, fugindo do maior custo de sustentação de reservas bancárias cobrado pelo Banco Central no mercado aberto.

Esse circuito monetário é o que se ensina nas nossas faculdades de Economia, especialmente nas “ortodoxas”. Esquecem de ensinar que, se existe uma ampla base de moeda financeira no mercado, da ordem de R\$ 400 bilhões, quando o Banco Central aumenta a taxa básica de juros aumenta, simultaneamente, em lugar de retrain, a disponibilidade de dinheiro para os bancos e para as empresas. Supostamente, a demanda aumenta, em vez de cair. Isso geraria mais e não menos inflação. É o exato oposto do que preconiza o modelo monetarista de Friedman, não obstante o fato de que qualquer membro do Copom jure que é um monetarista “ortodoxo”.

Não é tudo. Essa estrutura monetário-financeira de carnal serve como suporte de um exercício mediúnico chamado “modelo de metas de inflação”, que se tornou, nos últimos anos, a maior pajelança da economia brasileira, não obstante ser conduzida pelo Copom com ares “científicos”. A matemática que está por trás do modelo não passa de uma tosca regra de três integrando três equações cujas variáveis ou não podem ser objetivamente medidas, como o produto potencial, ou expressam relações controvertidas, como a chamada curva de Phillips.



Não obstante o elevado grau de incerteza nas relações implícitas no modelo de metas de inflação, ele produz um resultado “matemático” que acaba sendo recebido com referência pelos oito membros do Copom e seu presidente, tornando-se a verdade suprema que gera quase invariavelmente decisões unânimes. Sim, por que alguém ousaria ir contra a “matemática”? Dessa forma, na medida em que a política de juros determina a política fiscal, pela contaminação da dívida pública, é ela que, em última instância, comanda toda a política macroeconômica. Não obstante, por trás de tudo, está uma pífia fórmula matemática enviesada para au-

mentar a taxa de juros só entendida pelos iniciados!

A questão fiscal merece uma análise adicional. A taxa básica de juros, nos sistemas realmente ortodoxos, é uma taxa de gerenciamento das reservas bancárias: é aumentando ou reduzindo a taxa básica de juros que o Banco Central ortodoxo reduz ou aumenta a disponibilidade de crédito. Isso normalmente não teria nada a ver com o custo da dívida pública: para expandir ou contrair reservas bancárias, o Banco Central usa títulos de sua carteira adquiridos no mercado secundário. Esses títulos teriam sido colocados no mercado pelo Tesouro, em leilões que geram taxas de juros definitivas.

É claro que, num sistema de moeda financeira, isso não pode funcionar assim. Cada vez que aumenta a taxa básica de juros o Banco Central contamina cerca de 40% da dívida pública. Deram autonomia operacional para o Banco Central, sem perceber que junto com ela seguiu a autonomia política, não sobre a moeda, mas sobre o país inteiro. Sim, porque não há nada mais político que as relações fiscais. Ao aumentar a taxa de juros e, junto, a dívida pública, o Banco Central está transferindo recursos tributários para os titulares da dívida pública, 40% dos quais nem poupadores são: são apenas ricos!

Como distorções fiscal-monetárias tão extravagantes puderam ir se acumulando ao longo dos anos e das décadas até o ponto em que as pessoas, e dentre elas alguns que se consideram especialistas, podem aceitá-las como algo normal? Um dos motivos é que, pela natureza opaca da política monetária, ela costuma ser avaliada segundo um único critério,

o da inflação. Como, depois de décadas de inflação indecente, entramos numa fase de inflação aceitável, a tendência, para muitos, é considerar que o Banco Central, afinal, está no caminho certo.

Poucos se dão ao trabalho de inquirir sobre as razões últimas da queda da inflação. Ela nada tem a ver com a política monetária ou o “modelo de metas”. A queda da inflação se deveu quase exclusivamente à desindexação dos salários, do câmbio e de alguns outros contratos na economia. Por outro lado, sendo campeões mundiais de taxa de juros, deveríamos ter as taxas de inflação mais baixas do planeta. Não temos. Isso porque os preços administrados continuam indexados, e, como dito acima, porque temos incidência de juros altos demais sobre a moeda financeira.

Esses fatores explicam por que as pessoas de boa fé, na sociedade brasileira, não se levantam indignadas contra a política do Banco Central. Mas é claro que, do outro lado, existem os que sabem, os que estão informados, os que tomam decisões conscientes do que estão fazendo. Desses não se pode dizer que agem de boa fé. Alguns, talvez, surfam na onda, pois não querem ferir interesses arraigados, e simplesmente dão continuidade a políticas herdadas, sem criar casos. Os outros... bem, há muitos interesses envolvidos. Afinal, por que desmontar um sistema que é tão confortável justamente para a parte mais rica e charmosa da sociedade? Contudo, qualquer que seja a motivação, que pelo menos nos poupem da farsa de se apresentarem como ortodoxos! 🗣️

* Economista, professor da UEPB, autor de “A Crise da Globalização”

As Contas Públicas de 2009

No mês de julho os Tribunais de Contas do Município e do Estado do Rio de Janeiro divulgaram os pareceres do exercício de 2009. Em ambos, o parecer foi favorável. Esta matéria tem por objetivo analisar e divulgar os principais pontos observados para as contas fluminenses.

Estado do Rio de Janeiro Receitas

A Receita Corrente apresentou um crescimento real de 6,16% entre 2007 e 2009, passando de R\$ 39,2 bilhões para R\$ 41,6 bilhões. No entanto, o montante arrecadado no ano passado foi inferior ao de 2008. O principal motivo foi a queda na arrecadação de Royalties do Petróleo, devido à crise financeira mundial. Em 2007, os royalties representaram 12,44% no total da receita. Em 2008, com o maior montante de todos os tempos, sua participação subiu para 16,14%. Contudo, em 2009, caiu para 11%. A queda no período em termos reais foi de mais de 28%.

Já a Receita Tributária cresceu quase 9% nos últimos três

anos, passando de R\$ 22,8 para R\$ 24,8 bilhões. Neste caso, é interessante destacar dois pontos, ocorridos em 2009:

- 1 – O crescimento real do ICMS em torno dos 6% no período, alcançando R\$ 18,5 bilhões;
- 2 – A reclassificação como Receita Tributária dos recursos do DETRAN-RJ que contribuíram com mais de R\$ 500 milhões.

Já as Transferências Correntes cresceram 28,57% no período, empurradas pelo maior volume de Recursos do SUS e do FUNDEB. Seu peso no total da receita supera os 10%.

Merece registro o “encontro de contas” entre o governo estadual e a CEDAE, que resultou no pagamento de aproximadamente R\$ 300 milhões, referentes ao ICMS não recolhido em exercícios anteriores. Outro destaque é a entrada de R\$ 156,4 milhões referentes à conversão em Receita dos Recursos disponíveis referentes aos depósitos judiciais de tributos¹.

No que diz respeito à Receita de Capital, a sua participação no total da receita aumentou de 1,02% para 3,45% entre 2007 a

2009 por conta das Transferências de Convênios da União ligados em sua maior parte ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Despesas

A participação da Despesa de Pessoal caiu em relação ao total gasto entre 2007 e 2009, passando de 24,9% para 23,89%. O mesmo ocorreu com a despesa dos aposentados e pensionistas, que apresentou queda de 17,19% para 15,98%. Cabe ressaltar que parcela significativa dessa despesa é financiada com recursos dos Royalties do Petróleo. Portanto, com a queda de sua arrecadação, em 2009, o governo precisou recorrer às aplicações do Fundo de Investimentos que havia sido fortalecido em 2008 (devido justamente à grande receita de royalties).

O gasto com Juros e Encargos da Dívida caiu cerca de 12% no período, fazendo com que sua participação no total da despesa diminuísse de 6,9% em 2007 para 5,4% em 2009. Já as Amortizações tiveram um crescimento real de 35,7%, representando quase 3% do total da despesa em 2009.

Já os Investimentos, em grande parte relacionados às obras do PAC, tiveram um crescimento expressivo. Sua participação no total dos gastos passou de 3,9% para 6,18% em 2009. Eles foram financiados principalmente por recursos oriundos de Impostos e Convênios.

Resultado Nominal (Quadro 1)

A Dívida Fiscal Líquida cresceu em 2008, ficando bem acima da meta estipulada na LDO. No entanto, em 2009, a dívida caiu quase R\$ 3 bi, superando em muito a meta da LDO, que previa, na verdade, sua elevação.

Resultado da Execução Orçamentária (Quadro 2)

Em 2009, o aumento da receita não foi suficiente para compensar o crescimento da despesa e o resultado foi negativo. No entanto, é importante destacar que a Receita de Royalties do Petróleo, que tinha sido muita elevada em 2008, sofreu grande queda devido aos efeitos da crise mundial, que somados ao crescimento dos investimentos (mais de 70% em três anos) proporcionaram os déficits orçamentário e financeiro.

Município do Rio de Janeiro

Receitas e Despesas

Em 2009 o aumento da Receita Total se manteve proporcional ao aumento dos últimos anos, tendo crescido 6,49% em relação a 2008, alcançando mais de R\$ 11,5 bilhões de reais arrecadados.

A Receita Tributária representou cerca de 43% da receita total e foi, sem dúvida, o que mais contribuiu para esse crescimento, tendo aumentado 10,35% em 2009. Dentro da receita tributária, destaque para o IPTU e o ISS, que juntos representaram 34,6% da receita total de 2009, e somam R\$ 4 bilhões arrecadados.

Já a Despesa Total apresentou queda em relação ao ano de 2008. Porém as despesas correntes tiveram um leve aumento em relação a 2008 (3,64%), alavancadas por um maior gasto com pessoal (3,82% a mais que 2008) e principalmente com juros e encargos da dívida (15,19% a mais que 2008). Apesar do aumento em 2009, o gasto com pessoal representou 49,55% da Receita Corrente Líquida, cumprindo a exigência da Lei de Responsabilida-

Quadro 1

Em R\$ Mil

Especificação	Saldo		
	Em 31/Dez/2007	Em 31/Dez/2008	Em 31/Dez/2009
Dívida Fiscal Líquida	44.959.102	49.564.792	46.760.357
Resultado Nominal		4.605.688	-2.804.434
Meta de Resultado Nominal		1.684.850	2.190.481

Obs.: 1 – Excluída a Imprensa Oficial por não se enquadrar no conceito de Empresa Dependente. 2 – A partir de Jan/2009 a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE passou também a ser excluída por não se enquadrar no conceito de Empresa Dependente. Fonte: Parecer TCE RJ e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - 6º Bimestre

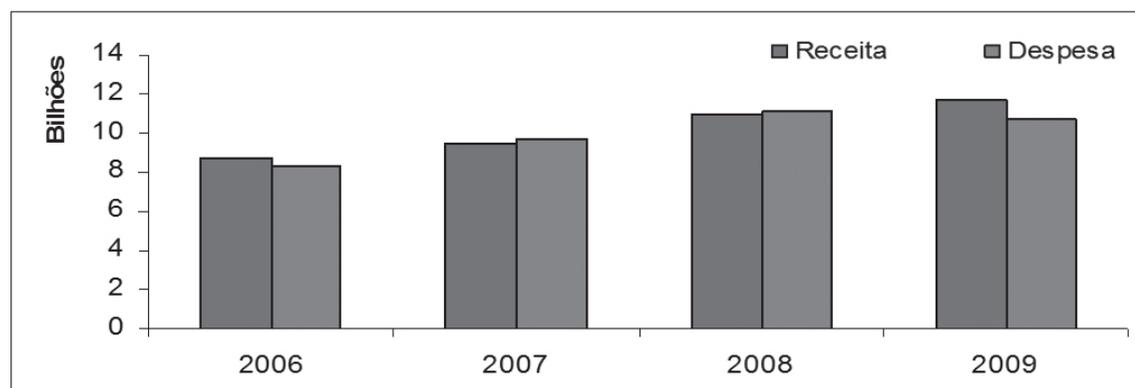
Quadro 2

Em R\$ Milhões

Valores Constantes		2007	2008	2009
Receita Arrecadada	[a]	39.565	42.215	43.057
Despesa Empenhada	[b]	38.669	39.888	43.966
Despesa Liquidada	[c]	38.424	39.534	43.432
Resultado da Execução Orçamentária	[a-b]	896	2.328	(909)
Resultado Financeiro	[a-c]	1.141	2.681	(375)

Fonte: Relatório TCE RJ. Obs: Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias.

Gráfico 1



Fonte: Prestação de Contas 2006 - 2009

de Fiscal (LRF), que estabelece como teto 60%.

Pelo lado das despesas de capital houve uma redução de 46% em relação a 2008, puxada pela queda dos investimentos, seguindo uma tradição na administração pública de redução no primeiro ano de mandato.

Os gastos com Serviços da Dívida representaram 6,28% da receita corrente líquida, cumprindo o limite da LRF de 11,5%, mesmo alcançando a marca de R\$ 1 bilhão.

Devido ao aumento da receita total e à contenção da despesa total, foi gerado um superávit orçamentário de R\$ 897 milhões. Excluindo da receita total os ganhos de aplicação financeira e dos gastos totais a despesa com juros nominais, encontra-se um resultado primário superavitário de quase 1,4 bilhões de reais.

Dívida Consolidada

No ano de 2009 a Dívida Consolidada (estoque da dívida) sofreu uma redução de 5,71% ou R\$ 496 milhões, somando R\$ 8.188 bilhões. Esse decréscimo é explicado, particularmente, pela variação favorável dos indexadores incidentes sobre a dívida: o dólar, cuja cotação reduziu-se de R\$2,33 para 1,74, e o IGP-M, que acumulou perdas de 1,71% durante 2009.

A Dívida Consolidada Líquida (dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros) alcançou R\$ 2.638 bilhões. Esse valor representou 51,41% da Receita Corrente Líquida, estando assim dentro do limite estabelecido pela LRF que é de 120%.

Resultado Nominal

Segundo a metodologia adotada pelo Banco Central, o Resultado Nominal é definido como a diferença entre a Dívida Fiscal Líquida de um ano para outro. A Dívida Fiscal Líquida pode ser representada como a dívida consolidada líquida excluindo os efeitos das receitas de privatização e de passivos já reconhecidos e contabilizados.

O Resultado Nominal de 2009 foi bastante favorável. A meta fixada para o ano em questão foi de R\$335,5 milhões negativos, isto é, a meta era reduzir a Dívida Fiscal Líquida nesse montante. Porém houve uma variação favorável e o realizado alcançou quase R\$ 2 bilhões negativos, ou a Dívida Fiscal Líquida teve uma redução de quase R\$2 bilhões em relação a 2008. A situação do ano anterior foi oposta. A meta não foi alcançada e a Dívida Fiscal Líquida aumentou em torno de 1 bilhão, como se pode observar no quadro 3.

Disponibilidades Financeiras

O valor total do caixa consolidado da Prefeitura verificado em 2009 foi de quase R\$5,4 bi-

lhões. Porém dentro desse valor encontram-se também os recursos do Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI), sendo que tais recursos têm por finalidade exclusiva o pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores públicos do Município. Ao retirar os recursos do FUNPREVI desse cálculo e deduzir as obrigações financeiras e os restos a pagar, encontra-se um saldo positivo de 792 milhões, ou seja, verificou-se suficiência no início de 2010.

PIB – quanto pesa a despesa pública municipal?

Para o ano de 2007², foi encontrada uma relação despesa / PIB de 6,91% no município do Rio de Janeiro, abaixo de Belo Horizonte (9,93%) e semelhante a São Paulo (6,32%).

Já o quadro 4 mostra a evolução do peso das Despesas com Pessoal e com a Dívida sobre o PIB, além de sua variação entre 2004 e 2007. Constata-se um significativo crescimento do dispêndio com a Dívida, apesar das Despesas com Pessoal representarem uma maior proporção do PIB.

Pode-se notar um comportamento distinto entre as contas de 2009 do estado e do município. Enquanto o estado assumiu uma posição de expansão dos investimentos num momento de crise, o município conteve seus gastos diminuindo principalmente seus Investimentos. Já em relação à dívida, nota-se que ambos tiveram o mesmo comportamento de queda da dívida consolidada. Porém, vale lembrar que esse resultado não é necessariamente efeito de um esforço fiscal, mas, sobretudo devido à variação favorável de dois indexadores da dívida (IGP-M e Dólar). ^{1e}

Quadro 3

	Em R\$ mil		
Resultado Nominal	2008	2009	Varição
Meta Fixada LDO/LOA	-8.388	-335.466	-327.078
Realizado	1.036.407	-1.998.989	-3.035.396
Varição	1.044.795	-1.663.523	

Fonte: Prestação de Contas de 2008 e 2009

Quadro 4

	2004	2005	2006	2007	Varição de 2004 a 2007
Pessoal/PIB	3,49%	3,68%	3,67%	3,58%	2,75%
Serviços da dívida/PIB	0,58%	0,62%	0,64%	0,61%	4,98%

Fonte: IBGE e Prestação de contas 2005 e 2007

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores. Coordenação: Cons. Ruth Espínola Soriano de Mello, Cons. Luiz Mario Behnken e Econ. Bruno Lopes. Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Rodrigo Damian, Thaina Di Masi e Thaís Oliveira. Consultora: Econ. Paula Mota (Assessora Orçamentária do Gabinete da Liderança do PT na ALERJ)

Correio eletrônico: fporiodejaneiro@gmail.com - O FPO promove reuniões mensais para apresentação de seus estudos, no auditório do Corecon-RJ.

O assunto e a data podem ser confirmados em nosso portal: <http://www.coreconrj.org.br/fporj.asp>

1 Art. 3º da Lei Federal nº 11.429/06

2 Último ano disponível sobre os dados de PIB municipal fornecidos pelo IBGE.

Corecon anuncia vencedores do Prêmio Monográfico e lança livro

Em evento na Livraria Argumento, no Leblon, em 22 de setembro, o Corecon premia os recém-formados vencedores do prestigioso Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, em sua 20ª edição, e lança o livro *Os Anos Lula – Contribuições para um balanço crítico 2003/2010*.

O Prêmio tem como objetivo principal incentivar a qualidade das monografias dos cursos de Economia das universidades no Estado do Rio de Janeiro. A vigésima edição contou com trabalhos de alto nível que trazem uma contribuição ao debate acadêmico. Pelo regulamento, os autores dos três melhores trabalhos recebem prêmios em dinheiro.

Leandro Gomes da Silva, da UFRJ, foi o primeiro colocado com a monografia *Vulnerabilidade Externa Estrutural da Economia Brasileira no Período 2003-2008*. O professor Reinaldo Gonçalves orientou o trabalho. Leandro é atualmente mestrandando em Economia na mesma instituição.

O prêmio de segundo lugar coube a Bruno Pires Tiberto, da UFF, com *Análise do Sistema de Seguridade Social no Brasil: um estudo sobre a real situação financeira da Previdência Social*, orientado pela professora Ruth Helena Dweck.

O terceiro colocado foi Diogo Gomes Fernandes, da UFRJ, com *Os Rumos Recentes da Proteção Social Brasileira: da universalidade constitucional à focalização através das transferências de renda não-contributi-*

vas, que teve a professora Lena Lavinias como orientadora.

A comissão do Prêmio conferiu ainda menção honrosa a Ricardo de Menezes Barboza, da UFRJ, por *Mecanismos de Transmissão da Política Monetária: o canal do crédito no Brasil entre 2003 e 2006*, orientado pelo professor Fernando José Cardim de Carvalho.

Livro

Os Anos Lula, uma iniciativa das entidades de representação dos economistas do Rio de Janeiro – o Corecon e o Sindicato dos Economistas – e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento, procura avaliar, oito anos depois, em que medida os compromissos históricos de mudanças estruturais no país assumidos pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram cumpridos.

“Nossa pretensão”, escrevem os organizadores, “foi a de procurar nos reportar ao que experimentamos ao longo desses quase oito anos de governo, dentro de uma visão crítica e independente, e a partir de premissas analíticas e proposições que sempre julgamos mais adequadas ao país, e das quais jamais abrimos mão.”

Os temas mais contemplados no conjunto de artigos do livro abordam a problemática macroeconômica, como uma decorrência da própria centralidade dessa questão, condicionante em larga medida do conjunto das políticas públicas.



Os textos de João Paulo de Almeida Magalhães – *Estratégias e Modelo de Crescimento*; Luis Filgueiras, Bruno Pinheiro, Celeste Philigret e Paulo Balanco – *Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macroeconômica nos Governos Lula*; Miguel Bruno – *Endividamento do Estado e Setor Financeiro no Brasil: Interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento*; Marcelo Carcanholo – *Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula*; Adhemar Mineiro – *Desenvolvimento e Inserção Externa – Algumas Considerações sobre o período 2003 – 2009 no Brasil*; e de Reinaldo Gonçalves – *Desempenho Macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-2010)* procuram interpretar e

traduzir as principais características e especificidades da dinâmica macroeconômica desses anos dos governos Lula.

A estratégia industrial, o problema da infraestrutura e a avaliação do mais importante instrumento de financiamento à atividade produtiva no país, que é o BNDES, são contemplados, respectivamente, pelas contribuições de Wilson Cano e Ana Lucia Gonçalves da Silva – *Política Industrial do Governo Lula*; Carlos Lessa, Gustavo Santos e Raphael Padula – *Considerações sobre Energia e Logística no Brasil*; Fernando Mac Dowell – *Política de Transportes*; e de Carlos Tautz, Felipe Siston, João Roberto Lopes Pinto e Luciana Badin – *O BNDES e a Reorganização do Capitalismo Brasileiro: Um Debate Necessário*.

A realidade agrária é apreciada por Ariovaldo Umbelino – *A Questão Agrária no Brasil*, e alguns aspectos da complexa problemática social do país são abordados nos trabalhos de Flávio Tonelli Vaz e Antônio Augusto Queiroz – *Trabalho e Sindicalismo no Governo Lula*; Ligia Bahia – *A Saúde em Banho-Maria*; Roberto Leher – *Educação no Governo Lula: A Ruptura Que Não Aconteceu*; e de Guilherme Delgado – *Desigualdade Social no Brasil*.

Em suma, o livro, afirmam os organizadores, propõe-se a estimular a reflexão sobre a seguinte pergunta: que país, portanto, estamos construindo? 

Veja em www.corecon-rj.org.br a Carta de Brasília, elaborada no XXII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE).